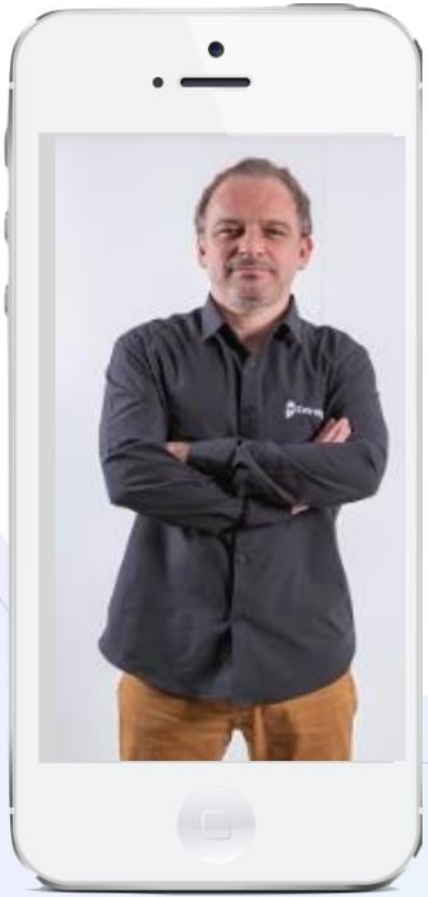
Estratégia

Concursos

Leandro Signori



Telegram
https://t.me/profleandrosignori

@profleandrosignori

YouTube
Leandro Signori

Estratégia

Concursos

RETROSPECTIVA DE ATUALIDADES

JANEIRO DE 2023

Prof. Leandro Signori

FATOS NACIONAIS

Prof. Leandro Signori

A ESPLANADA DE LULA

novo governo conta com 11 ministras, 11 integrantes negros e maioria com origem no Sudeste (17) e Nordeste (13)

M masculino
F feminino

branco ● preto
● pardo ● indígena

	nome/área de formação	idade	partido	gênero	cor	UF
1	Casa Civil Rui Costa economia	59	PT	M	●	BA Nordeste
2	Sec. Relações Institucionais Alexandre Padilha medicina	51	PT	M	●	SP Sudeste
3	Sec. Geral da Presidência Márcio Macêdo biologia	52	PT	M	●	BA Nordeste
4	Segurança Institucional[1] Marco Gonçalves Dias militar	72	–	M	●**	SP Sudeste
5	Sec. de Comunicação Social Paulo Pimenta jornalismo	57	PT	M	●	RS Sul
6	Controladoria Geral da União Vinícius de Carvalho direito	45	-	M	●**	SP Sudeste
7	Advocacia Geral da União Jorge Messias direito	42	-	M	●	PE Nordeste
8	Fazenda Fernando Haddad direito	59	PT	M	●	SP Sudeste
9	Planejamento e Orçamento Simone Tebet direito	52	MDB	F	●	MS C. Oeste
10	Desenvolvimento e Indústria[2] Geraldo Alckmin medicina	70	PSB	M	●	SP Sudeste
11	Gestão e Inovação[3] Esther Dweck economia	45	–	F	●**	RJ Sudeste
12	Justiça e Segurança Pública Flávio Dino direito	54	PSB	M	●	MA Nordeste
13	Defesa José Múcio engenharia civil	74	–	M	●*	PE Nordeste
14	Relações Exteriores Mauro Vieira diplomacia e direito	71	–	M	●**	RJ Sudeste
15	Saúde Nísia Trindade ciências sociais	64	–	F	●	RJ Sudeste
16	Educação Camilo Santana agronomia	54	PT	M	●	CE Nordeste
17	Desenvolvimento Social[4] Wellington Dias letras e políticas públicas	60	PT	M	●	PI Nordeste
18	Meio Ambiente[5] Marina Silva história	64	Rede	F	●	AC Norte
19	Cultura Margareth Menezes música	60	–	F	●*	BA Nordeste
20	Trabalho e Emprego Luiz Marinho direito	63	PT	M	●	SP Sudeste
21	Previdência Carlos Lupi administração	65	PDT	M	●	SP Sudeste
22	Desenvolvimento Regional[6] Waldez Góes agricola	61	PDT	M	●	PA Norte
23	Cidades Jader Filho empresário	46	MDB	M	●**	PA Norte
24	Portos e Aeroportos Márcio França direito	59	PSB	M	●	SP Sudeste
25	Minas e Energia Alexandre Silveira direito	52	PSD	M	●	MG Sudeste
26	Transportes Renan Filho economia	43	MDB	M	●	AL Nordeste
27	Comunicações Juscelino Filho medicina	38	União	M	●	MA Nordeste
28	Ciência[7] Luciana Santos engenharia elétrica	57	PC do B	F	●	PE Nordeste
29	Agricultura Carlos Fávaro tecnologia em gestão pública	53	PSD	M	●	PR Sul
30	Desenvolvimento Agrário[8] Paulo Teixeira direito	61	PT	M	●	SP Sudeste
31	Turismo Daniela do Waguinho pedagogia	46	União	F	●	RJ Sudeste
32	Pesca e Aquicultura André de Paula direito	61	PSD	M	●	PE Nordeste
33	Esportes Ana Moser educação profissional	54	–	F	●	SC Sul
34	Direitos Humanos[9] Silvio Almeida filosofia e direito	46	–	M	●*	SP Sudeste
35	Povos Indígenas Sonia Guajajara letras e enfermagem	48	Psol	F	●	MA Nordeste
36	Igualdade Racial Anielle Franco jornalismo	37	PT	F	●*	RJ Sudeste
37	Mulheres Cida Gonçalves publicidade e propaganda	60	–	F	●**	SP Sudeste

*não tem declaração oficial, mas já declarou sua cor publicamente em diferentes oportunidades
**o Poder360 atribuiu a cor de pele com base em fotografias
obs. 1: Gabinete de Segurança Institucional
obs. 2: Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
obs. 3: Gestão e Inovação em Serviços Públicos
obs. 4: Desenvolvimento Social, Assistência, Família e Combate à Fome
obs. 5: Meio Ambiente e Mudanças Climáticas
obs. 6: Integração e Desenvolvimento Regional
obs. 7: Ciência, Tecnologia e Inovação
obs. 8: Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
obs. 9: Direitos Humanos e Cidadania
fonte: levantamento do Drive/Poder360

balanço do novo governo

gênero
- mulheres: 11
- homens: 26

partidos
- PT: 10
- PDT: 2
- Psol: 1
- PSB: 3
- União B: 2
- MDB: 3
- PC do B: 1
- PSD: 3
- Rede: 1

cor da pele
- preto: 4
- pardo: 7
- indígena: 2
- branco: 24

PODER 360

Estratégia Concursos

Atualidades
Prof. Leandro Signori

Conheça os brasileiros que passaram a faixa presidencial para Lula

A posse do presidente Luiz Inácio Lula Silva (PT) proporcionou um momento simbólico e histórico para o Brasil. O petista recebeu a faixa presidencial das mãos de pessoas que fazem parte de grupos sociais e que representaram o povo brasileiro. A entrega da faixa ficou a cargo de uma mulher preta.

Lula subiu a rampa do Palácio do Planalto acompanhado de oito cidadãos brasileiros, que fazem parte de grupos sociais, e da cachorrinha Resistência, adotada pela primeira-dama Rosângela Lula da Silva (Janja) quando o petista estava preso em Curitiba (PR). Ela tem quatro anos e vai morar com o casal no Palácio da Alvorada.

Janja também subiu a rampa com o presidente empossado, assim como o vice-presidente Geraldo Alckmin e a vice-primeira-dama Lu Alckmin.

A faixa presidencial foi entregue pela sociedade civil porque o ex-presidente Jair Bolsonaro recusou-se a participar da cerimônia de posse e saiu do país, na semana passada, antes do fim de seu mandato. Bolsonaro está nos Estados Unidos e desde o fim do segundo turno das eleições não admite que Lula foi eleito pela maioria de votos.

Conheça as oito pessoas que passaram a faixa para Lula

Quem efetivamente entregou a faixa à Lula foi Aline Sousa. Ela tem 33 anos e é catadora desde os 14, sendo da terceira geração de trabalhadores na área. Mãe de sete filhos, Aline é presidente da Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal e Entorno (Centcoop-DF). Ela também é responsável pela Secretaria Nacional da Mulher e Juventude da Unicatadores.

Também participaram Francisco, uma criança preta de 10 anos. O estudante é morador de Itaquera, bairro da zona leste de São Paulo, e atleta mirim de natação do Corinthians, seu time do coração. **Campeão da modalidade**, ele é filho de uma assistente social e de um advogado que atuam em causas sociais. Em 2019, Francisco esteve em Curitiba para desejar bom dia para Lula, enquanto ele estava preso.

Entre eles, estava uma figura muito conhecida, o **Cacique Raoni Metuktire**, de 90 anos. Ele é líder do **povo Kayapó** e reconhecido internacionalmente. Raoni lidera a luta que articula os povos indígenas em defesa dos direitos dos povos originários e da Amazônia.

Weslley Viesba Rodrigues Rocha tem 36 anos e é **metalúrgico**, assim como o presidente Lula. Profissional da metalurgia desde os 18 anos, Weslley trabalha na região do ABC paulista, é pai de dois filhos e é DJ em um grupo de rap chamado "Falange"

Milhões de profissionais da educação foram representados por **Murilo de Quadros Jesus**, de 28 anos. O **professor** de Curitiba é formado em Letras pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e trabalhou em universidades na Colômbia e nos Estados Unidos.

No grupo, também havia outra mulher, a **cozinheira Jucimara Fausto dos Santos**. A paranaense mora em Maringá e dedica a vida à culinária. Enquanto Lula estava preso, Jucimara ficou cozinhando no acampamento de Curitiba por dez meses. Atualmente, a cozinheira trabalha na Associação dos Funcionários da Universidade Estadual do Maringá (UEM) e, sempre que pode, faz pães para doação.

O povo brasileiro também foi representado pelo **influencer anticapacitista Ivan Baron**. O potiguar foi diagnosticado com meningite viral aos 3 anos de idade e a doença provocou uma paralisia cerebral no jovem. Baron tornou-se referência na luta anticapacitista, sendo um dos embaixadores da causa da inclusão social de pessoas com deficiência.

Para completar o time, o **artesão Flávio Pereira**, de 50 anos, também subiu a rampa do Planalto e esteve na entrega da faixa presidencial. O paranaense, de Pinhalão, também esteve na "Vigília Lula Livre" e ajudou a equipe que estava no local com atividades do cotidiano durante os 580 dias que o presidente ficou preso.

Em seu primeiro dia como presidente, Lula assina 52 decretos e 4 MPs

No primeiro dia de seu terceiro mandato, ontem (1), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou quatro Medidas Provisórias (MPs) e 52 decretos presidenciais, com os quais estabelece a estrutura da nova gestão federal e seus 37 ministérios.

A **MP nº 1.155** garante o **pagamento de R$ 600** para mais de 21 milhões de famílias beneficiárias do Auxílio Brasil, que, em breve, voltará a se chamar **Bolsa Família**. Os R$ 200 a mais que cada família vem recebendo desde junho de 2022 só seriam pagos até o fim de 2022, quando o valor original do benefício (R$ 400) seria restituído, mas o governo federal pretende transformar o adicional em algo permanente.

Com a **MP 1.157**, ficam **estendidas até 28 de fevereiro as isenções de PIS/Pasep e Cofins cobradas da gasolina e do álcool combustível, e até 31 de dezembro deste ano as do óleo diesel e biodiesel**.

Já a **MP 1.156** extingue a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e transfere suas competências para os ministérios da Saúde e das Cidades.

Editadas pelos presidentes da República em situações consideradas de relevância e urgência, as Medidas Provisórias são normas com força de lei, ou seja, que produzem efeitos jurídicos tão logo são publicadas no Diário Oficial. Apesar disso, precisam ser posteriormente apreciadas pela Câmara dos Deputados e Senado, que podem rejeitar a proposta, aprová-la na íntegra ou propor alterações ao texto original.

O prazo inicial de vigência de uma MP é de 60 dias, podendo ser prorrogada automaticamente por igual período caso não tenha sido votada nas duas Casas - e se não for apreciada em até 45 dias, contados da sua publicação, a MP entra em chamado regime de urgência, paralisando as demais deliberações legislativas.

Armas

Os decretos de número 11.325 a 11.376 foram publicados no Diário Oficial da União de hoje (2). A maioria (41) deles trata da estrutura regimental e funcional das pastas e das secretarias Geral; de Comunicação Social e de Relações Institucionais, além de transferir cargos em comissão e funções de confiança da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos para o recém-criado Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que será comandando pela ex-secretária de Orçamento do governo Dilma Rousseff, Esther Dweck.

Já com o **Decreto nº 11.366**, Lula começa a cumprir uma de suas promessas de campanha: reestabelecer uma política de controle de armas mais severa que a de seu antecessor.

A medida reduz a quantidade de armas e de munições de uso permitido, condicionando a autorização de porte à comprovação da necessidade. Também suspende os registros para aquisição e transferência de armas e munições de uso restrito por caçadores, atiradores e colecionadores (CACs) e a concessão de autorizações para abertura de novos clubes e escolas de tiro.

O decreto presidencial também determina que, em 60 dias, a Polícia Federal (PF) recadastre todas as armas comercializadas a partir de maio de 2019 e que um grupo de trabalho seja criado para discutir uma nova regulamentação à **Lei nº 10.826**, que estabelece as normas para registro, posse e venda de armas de fogo e munição.

Meio Ambiente

Os primeiros decretos assinados por Lula também incidem sobre as políticas de combate ao desmatamento em todo o país. O **Decreto nº 11.368** autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes) a voltar a captar doações financeiras destinadas ao chamado **Fundo Amazônia** para **investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e à conservação e uso sustentável do bioma amazônico**. Financiado pelos governos da Noruega e Alemanha, o fundo tem, bloqueados, cerca de R$ 3,3 bilhões.

Já o Decreto n° 11.373 restituiu a obrigatoriedade da União destinar ao Fundo Nacional do Meio Ambiente 50% dos valores arrecadados com a cobrança de multas ambientais. Aprovado no decreto original, de julho de 2008, o percentual foi reduzido para 20% em dezembro do mesmo ano, tendo sido mantido até ontem.

O Fundo Nacional também é contemplado pelo **Decreto n° 11.372**, que amplia não só a participação da sociedade civil no colegiado, mas das próprias instâncias do governo federal, que será representado também por indicados pelos institutos Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Ibama).

Revogações

Lula também revogou outros sete atos de Bolsonaro. O ato normativo nº 11.369 anula o **Decreto nº 10.966**, que instituiu o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala e a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala.

O **Decreto nº 11.370** extingue o **Decreto nº 10.502**, que estabeleceu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. De acordo com a nova gestão, o decreto extinto "segregava crianças, jovens e adultos com deficiência, impedindo o acesso à educação inclusiva".

O **Decreto nº 11.371** revoga os **decretos nº 9.759 e 9.812**, que redefiniram as diretrizes e o funcionamento de colegiados federais.

Já o **Decreto nº 11.374** torna sem efeito três atos normativos editados no penúltimo dia do governo Bolsonaro. O extinto **Decreto nº 11.321** concedia desconto de 50% para as alíquotas do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante.

Para anular os outros dois decretos 11.322 e 11.323, Lula restabeleceu a redação original das normas modificadas no final da gestão Bolsonaro: o **Decreto nº 8.426**, de 2015, trata dos percentuais para a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) cobrados dos ganhos não-cumulativos aferidos por empresas.

Já o **Decreto nº 10.615**, de 2021, dispõe sobre o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores(Padis), incluindo os créditos financeiros concedidos às empresas participantes.

O presidente eleito também assinou um despacho determinando que a Controladoria-Geral da União (CGU) reavalie, em 30 dias, várias das medidas editadas por Bolsonaro, entre elas as que determinaram segredo sobre documentos e informações relativas ao governo e de interesse público.

Governo publica MP e prorroga imposto zero para gasolina até fevereiro; diesel será até fim do ano

O governo publicou nesta segunda-feira (2) a **medida provisória que prorroga a desoneração dos impostos federais que incidem sobre os combustíveis**.

Medidas provisórias têm força de lei assim que são publicadas pelo Executivo, mas o Congresso precisa analisar e validar a proposta em até 120 dias para que as regras passem a vigorar em definitivo.

O governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) havia zerado os impostos federais sobre os combustíveis, mas somente até 31 de dezembro de 2022. Para que a medida continuasse em vigor neste ano, era necessária a edição de uma nova MP.

Pelo texto da MP:

- ficam reduzidas a zero, até 31 de dezembro de 2023, as alíquotas dos impostos federais PIS/Pasep e Cofins que incidem sobre o diesel, biodiesel, gás natural e gás de cozinha;
- ficam reduzidas a zero, até 28 de fevereiro de 2023, as alíquotas dos impostos federais PIS/Pasep e Cofins que incidem sobre gasolina, álcool, querosene de aviação e gás natural veicular;
- no caso da gasolina, a Cide, outro tributo federal, também foi zerado até 28 de fevereiro.

A isenção de impostos federais, nos prazos propostos pela MP, vale também para a importação desses produtos. É uma forma de não prejudicar os importadores, já que parte dos combustíveis vendidos no Brasil vem de fora.

MP transfere Coaf de volta para o Ministério da Fazenda

Foi editada nesta quinta-feira (12) a Medida Provisória 1158/23, que determina a **volta do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para o Ministério da Fazenda. O Coaf é a unidade de inteligência financeira do Brasil, que atua na prevenção e combate à lavagem de dinheiro e à corrupção.**

No governo Bolsonaro, o órgão foi para o Ministério da Justiça; depois, voltou para o Ministério da Economia (criado no lugar da Fazenda) e, enfim, foi para o Banco Central.

A MP 1158/23 acrescenta à Lei 9.613/98, que criou o Coaf, item sobre o tratamento de dados pessoais pelo conselho, entre eles, ser dotado de medidas especiais de segurança quando se tratar de dados sensíveis, conforme especificações legais e dados protegidos por sigilo. Há proibição legal de uso desses dados para fins discricionários, ilícitos ou abusivos.

Caberá ao ministro da Fazenda, pasta atualmente ocupada por Fernando Haddad, nomear o presidente do Coaf e os membros do plenário.

Composição do CMN

A medida provisória também altera a Lei 9.069/95 para determinar que o Conselho Monetário Nacional seja presidido pelo ministro da Fazenda – e não mais pelo ministro da Economia, que não existe no atual governo – , e integrado ainda pelo ministro de Planejamento e Orçamento e pelo presidente do Banco Central.

Decreto de Lula revoga normas que facilitavam acessos a armas e munição; veja o que diz o texto

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) editou decreto que revoga uma série de normas do governo Jair Bolsonaro (PL) que facilitavam e ampliavam o acesso da população a armas de fogo e munição.

O decreto foi uma das primeiras medidas assinadas por Lula, ainda no domingo (1º), logo após tomar posse como presidente. No discurso de posse no Congresso Nacional, Lula também citou que revogaria os decretos de Bolsonaro.

O texto só foi publicado no "Diário Oficial da União" nesta segunda (2) e já está em vigor. Além de Lula, também assina o decreto o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino.

Em linhas gerais, o decreto:

- suspende novos registros de armas por caçadores, atiradores e colecionadores (CACs) e por particulares;
- reduz os limites para compra de armas e munição de uso permitido;
- suspende novos registros de clubes e escolas de tiro;
- suspende a concessão de novos registros para CACs;
- cria grupo de trabalho para propor nova regulamentação para o Estatuto do Desarmamento, de 2003.

O decreto também prevê que todas as armas compradas desde maio de 2019 sejam recadastradas pelos proprietários em até 60 dias. Ao mesmo tempo, até que a nova regulamentação seja publicada, o decreto prorroga a validade dos registros vencidos.

Arsenal menor para CACs

O decreto de Lula revoga também a expansão do limite de armas de uso permitido estabelecida em junho de 2019.

Pela regra anterior, os limites eram de 5 armas para colecionadores, 15 para caçadores e 30 para atiradores. O novo limite é de três armas por CAC, seja colecionador, caçador ou atirador.

O texto define ainda que o interessado deverá apresentar "comprovação de efetiva necessidade" para comprar uma arma – na linha da decisão recente do Supremo Tribunal Federal sobre o tema.

Governo Federal apresenta nova identidade visual

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência do País em cerimônia de posse realizada nesse domingo, 1, em Brasília.

A posse teve cobertura da imprensa nacional e internacional e foi registrada também nas redes sociais. Na cerimônia, também foi apresentada a nova marca do Governo Federal sob o mandato de Lula, que carrega o **slogan "União e Reconstrução"**.

O logo foi repaginado e traz a palavra Brasil em letras garrafais nas cores verde, amarelo, azul, vermelho e cinza. À frente do marketing da campanha do novo Presidente para o Palácio do Planalto está o publicitário baiano, Sidônio Palmeira.

Entre 2018 e 2022, a identidade visual do governo de Jair Bolsonaro contava com o mote "Pátria amada Brasil". Anteriormente, o Governo Federal já recebeu slogans como "País rico é país sem pobreza" e "Pátria Educadora", nos dois mandatos de Dilma Rousseff.

Extremistas radicais invadem Congresso Nacional, Palácio do Planalto e STF, em Brasília

Bolsonaristas radicais invadiram o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Palácio do Planalto, neste domingo (8), após entrar em confronto com a Polícia Militar na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Os participantes de **atos antidemocráticos** estavam com pedaços de paus e pedras.

Policiais militares tentaram conter os bolsonaristas com uso de spray de pimenta, no entanto, eles invadiram a área de contenção que cercava o Congresso Nacional. Imagens do local mostram que um veículo da Polícia Legislativa caiu no espelho d'água do Congresso.

Vidraças da sede do Congresso foram quebradas. Os bolsonaristas radicais alcançaram o Salão Verde da Câmara dos Deputados, área que dá acesso ao plenário da Casa.

Os policiais também usaram bombas de efeito moral na tentativa de conter os participantes do ato antidemocrático. Até a última atualização desta publicação, a Polícia Militar ainda não havia se manifestado sobre a invasão.

Invasão ao STF e ao Planalto

Após a invasão ao Congresso Nacional, os bolsonaristas radicais também invadiram o Supremo Tribunal Federal (STF). Os participantes do ato antidemocrático quebraram vidros da fachada, entraram no prédio e chegaram até o plenário.

No Palácio do Planalto, os bolsonaristas radicais chegaram até o quarto andar e depredaram a sede do Poder Executivo. Os terroristas nas sedes dos poderes da República começaram a ser dispersados apenas por volta das 19h, cerca de 4h após o início.

Policiais militares do Batalhão de Choque usaram bombas de efeito moral e gás de pimenta para retirar os terroristas da Esplanada dos Ministérios e os direcionarem à Rodoviária do Plano Piloto. Até a última atualização desta publicação, os vândalos continuavam no centro de Brasília.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, afirmou, pouco antes das 21h, que 200 pessoas foram presas em flagrante e que as prisões continuariam na noite deste domingo. Minutos antes, o governador do DF, Ibaneis Rocha, afirmou que mais de 400 pessoas já haviam sido presas.

Intervenção federal

Com os atos antidemocráticos, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), decretou intervenção federal na área de segurança pública do Distrito Federal para manter a ordem pública.

"O objetivo da intervenção é pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no Estado no Distrito Federal, marcada por atos de violência e invasão a prédios públicos", diz o decreto lido por Lula.

A intervenção está prevista para durar até o dia 31 de janeiro. O interventor vai ser Ricardo Garcia, secretário-executivo do Ministério da Justiça.

Declarações

O ministro da Justiça, Flávio Dino, chamou os atos antidemocráticos de "absurdos" e afirmou que a "tentativa de impor a vontade pela força não vai prevalecer. Dino disse ainda que o GDF informou que "haverá reforços".

O ex-ministro da Justiça e atual secretário de Segurança Pública do DF, Anderson Torres, disse que determinou que o setor de operações da pasta tome "providências imediatas para o restabelecimento da ordem no centro de Brasília. "Cenas lamentáveis agora na Esplanada dos Ministérios", afirmou.

Pouco tempo após o pronunciamento de Torres, o governador Ibaneis Rocha (MDB) informou que determinou a exoneração do ex-ministro. Além disso, o chefe do Executivo afirmou que não é conivente com os atos antidemocráticos e que toda força de segurança da capital está nas ruas.

Presidente do Senado

Após a invasão, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) disse em uma rede social que em uma conversa por telefone, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), afirmou que "está concentrando os esforços de todo o aparato policial, no sentido de controlar a situação".

Pacheco disse ainda que repudia os atos antidemocráticos e que eles devem "sofrer o rigor da lei com urgência".

Ao menos 6 obras raras, tela de R$ 8 milhões: o que foi destruído no DF

Os extremistas bolsonaristas que invadiram os prédios dos Três Poderes em Brasília destruíram janelas, cadeiras, documentos e câmeras. Eles também atacaram itens históricos avaliados em milhares de reais.

Por meio das imagens obtidas nas redes sociais, é possível identificar alguns itens que foram danificados durante os atos de terrorismo nos prédios do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e a sede do STF (Supremo Tribunal Federal).

Os manifestantes, que não aceitam os resultados das eleições de outubro de 2022, também usaram uma mangueira de incêndio para inundar o Congresso e até atearam fogo no Salão Verde.

Segundo os órgãos, ainda não é possível dimensionar o valor exato do estrago deixado pelos vândalos, mas sabe-se, por exemplo, que uma obra de Di Cavalcanti que foi danificada vale cerca de R$ 8 milhões e pode alcançar valor até cinco vezes maior em leilões.

Todos os prédios deverão passar por uma perícia durante o dia de hoje, o que vai possibilitar a identificação do que foi destruído.

Entre os itens danificados, estão:

- cadeiras dos ministros do STF;
- porta do armário das togas do ministro do STF Alexandre de Moraes;
- objetos e móveis da sala da primeira-dama, Janja da Silva;

- vitral da artista plástica Marianne Peretti no Congresso Nacional;
- vitrines do Congresso e do Planalto que exibiam objetos históricos;
- vidraças do STF (foram pichadas);
- janelas do Congresso, do STF e do Planalto;
- mesas e armários dos prédios;
- diversos eletrônicos, como televisões, computadores e impressoras;
- galeria de fotos dos presidentes da República que fica no Planalto;
- presentes de autoridades estrangeiras foram saqueados.

Obras de arte que foram danificadas ou furtadas

- na Câmara, a base da escultura 'Bailarina', de Victor Brecheret, não se encontra no local de origem após as invasões;
- na mesma Casa, o "Muro Escultórico", de Athos Bulcão, foi perfurado na base;
- a escultura "Maria, Maria", de Sônia Ebling, marcada com paulada na Câmara;
- a tela "As Mulatas", do pintor Di Cavalcanti, que fica no terceiro andar do Planalto, foi furada pelos golpistas. A obra é uma das mais importantes do artista e o valor está estimado em R$ 8 milhões;

- a obra "O Flautista", de Bruno Giorgi, é uma escultura em bronze e foi encontrada completamente destruída, com pedaços espalhados pelo salão. Está avaliada em R$ 250 mil;
- a obra "Bandeira do Brasil", de Jorge Eduardo, de 1995. A pintura, que reproduz a bandeira nacional hasteada em frente ao palácio e serviu de cenário para pronunciamentos dos presidentes, foi encontrada boiando em água que inundou térreo do Palácio do Planalto;
- uma escultura de parede em madeira de Frans Krajcberg foi quebrada em diversos pontos. A peça está estimada em R$ 300 mil;
- o vitral "Araguaia", de Marianne Peretti, localizado no Salão Verde da Câmara dos Deputados, também foi destruído;

- a **escultura "A Justiça"**, feita pelo artista belo-horizontino **Alfredo Ceschiatti** em 1961, foi pichada;
- o **busto de Rui Barbosa**, responsável pela criação do STF no modelo atual, em 1890, foi destruído;
- entre itens de valor histórico danificados pelos vândalos no STF, também está um tapete que, segundo informações do Supremo, pertenceu à Princesa Isabel;
- há imagens de diversos outros quadros ainda não identificados.

Símbolos nacionais também foram alvo dos terroristas

- outras imagens mostram que os bolsonaristas pegaram uma réplica da Constituição de 1988. O item estava exposto no Salão Branco da Suprema Corte;
- a mesa de trabalho de Juscelino Kubitscheck foi usada como barricada pelos vândalos; a avaliação do estado geral ainda será feita;
- a mesa-vitrine de Sérgio Rodrigues abriga as informações do presidente em exercício e teve o vidro quebrado;
- o brasão da República do plenário do STF também foi tirado e levado para fora do órgão;
- **um relógio do século 17 que veio para o Brasil com a família real portuguesa, que ficava no terceiro andar do Planalto, foi danificado.**

Invasão da Esplanada: crimes pelos quais terroristas bolsonaristas podem ser enquadrados

Bolsonaristas radicais invadiram neste domingo (8) prédios do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília, promovendo vandalismo e destruição.

Os golpistas depredaram o patrimônio público, quebraram vidraças, destruíram documentos. Os responsáveis podem responder, em tese, por crimes como:

- **Dano ao patrimônio público da União** – crime qualificado. Pena: detenção, de seis meses a três anos, e multa, além da pena correspondente à violência.
- **Crimes contra o patrimônio cultural** - destruir, inutilizar ou deteriorar bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial. Pena: reclusão, de um a três anos, e multa.

- **Associação criminosa** - associarem-se três ou mais pessoas para o fim específico de cometer crimes. Pena: reclusão, de um a três anos (pena aumenta se a associação é armada).
- **Abolição violenta do Estado Democrático de Direito** - tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais. Pena: reclusão, de 4 a 8 anos, além da pena correspondente à violência.
- **Golpe de estado** - Tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído. Pena: reclusão, de 4 a 12 anos, além da pena correspondente à violência.

Rodrigo Pacheco é reeleito presidente do Senado

O senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) foi reeleito presidente do Senado e comandará a Casa pelos próximos dois anos, após votação ocorrida nesta quarta-feira (1º).

Pacheco, venceu a disputa contra Rogério Marinho (PL-RN), que contava com o apoio da bancada ligada ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O placar terminou 49 a 32. Eram necessários 41 votos para assegurar o cargo. A votação ocorreu após a posse dos novos 27 senadores.

Em discurso antes da votação, o presidente reeleito se posicionou novamente a favor da independência entre os Três Poderes. Quanto a protestos de parlamentes ligados a Bolsonaro, Pacheco afirmou que não fez nenhum ato para classificá-lo como adversário do governo na última gestão.

Segundo Daniela Lima, âncora da CNN, logo após a proclamação do resultado, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ligou para Rodrigo Pacheco para parabenizá-lo.

Pacificação, independência dos Poderes e colaboração com Executivo

Durante o discurso após a vitória, Pacheco afirmou que é necessário pacificação no Brasil como um todo, incluindo no Congresso.

Assim, pregou união dentro da Casa legislativa, ressaltando que o recado que o Senado dá ao Brasil é da "defesa intransigente da democracia".

Assim, Pacheco destacou que é preciso erradicar o que chamou de "polarização tóxica", que os interesses do Brasil estão acima de questões partidárias e que os atos criminosos contra os Três Poderes em 8 de janeiro "não podem e não vão se repetir".

"Brasileiros precisam voltar a se divergir civilizadamente. Precisam reconhecer com absoluta sobriedade, quando derrotados, e respeitar a autoridade das instituições públicas", observou.

Com votação recorde, Arthur Lira é reeleito presidente da Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), foi reeleito, nesta quarta-feira (1º), para mais dois anos à frente do comando da Casa Baixa do Congresso Nacional.

Com uma votação recorde, o líder teve o apoio de 464 dos 513 novos deputados, que tomaram posse na manhã de hoje. Nenhum outro deputado federal teve mais votos que Lira desde a redemocratização, o que demonstra a força que o líder do Centrão terá nos próximos anos.

Chico Alencar (PSOL-RJ) conseguiu 21 votos, ficando na segunda colação. Em terceiro, com 19 votos, ficou Marcel Van Hattem (Novo-RS).

A maior votação, até então, era de Ibsen Pinheiro (MDB-RS), em 1991, e de João Paulo (PT-SP), em 2003, com 434 em cada ocasião.

Lira contou com um amplo arco de alianças, tendo em sua base praticamente todas as legendas da Câmara. Os apoios foram tão abrangentes que o PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, e o PT, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estiveram juntos.

Pelo acordo firmado pelos deputados, a primeira vice-presidência será ocupada pelo deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP), que recebeu 458 votos. O presidente nacional do Republicanos já ocupou o cargo quando Rodrigo Maia (PSDB-RJ) comandou a casa.

O 2º vice-presidente é o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), ligado ao pastor Silas Malafaia e à ala mais à direita no Partido Liberal, que recebeu 385 votos contra 94 de Luciano Vieira (PL-RJ).

O 1º secretário é o deputado Luciano Bivar (União Brasil-PE), com 411 votos. O PT, que terá a segunda maior bancada (tendo 80 parlamentares junto do PCdoB e do PV, com quem forma uma federação), ocupará a segunda secretaria, com a deputada Maria do Rosário (PT-RS). que teve 371 votos.

Além disso, a legenda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva garantiu, por meio do acordo firmado com os demais líderes partidários, a indicação do presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a mais importante da Casa.

O 3º secretário é deputado Júlio Cesar (PSD-PI), com 467 votos. O 4º secretário é Lucio Mosquini (MDB-RO), com 447 votos. As candidaturas foram únicas para cada cargo.

Os suplentes de secretário são: Gilberto Nascimento (PSC-SP) (420 votos); Pompeo de Mattos (PDT-RS) (398 votos); Beto Pereira (PSDB-MS) (389 votos); e André Ferreira (PL-PE) (382 votos).

Veja a composição da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados:

- **Presidente:** Arthur Lira (PP-AL)
- **1º vice-presidente:** Marcos Pereira (Republicanos-SP)
- **2º vice-presidente:** Sóstenes Cavalcante (PL-RJ)
- **1º secretário:** Luciano Bivar (União Brasil-PE)
- **2ª secretária:** Maria do Rosário (PT-RS)
- **3º secretário:** Júlio Cesar (PSD-PI)
- **4º secretário:** Lucio Mosquini (MDB-RO)
- **Suplentes:** André Ferreira (PL-PE); Gilberto Nascimento (PSC-SP); Beto Pereira (PSDB-MS); e Pompeo de Mattos (PDT-RS)

Entenda a crise de saúde yanomami, que levou o governo a decretar emergência

VENEZUELA
4º Pelotão de Fronteira Especial de Surucucu
GUIANA
Parque Nacional Parima Tapirapecó
RR
Boa Vista
rio Branco
PA
Terra Indígena Yanomami
rio Negro
Manaus
AM
N
250 km

Nesta sexta (20), a crise de saúde entre os yanomami fez o Ministério da Saúde decretar Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional. A pasta informou que enviou uma equipe para averiguar a situação no território indígena na última segunda (16).

Ao chegar ao local, a equipe do ministério observou um cenário com crianças e idosos com problemas graves de saúde. Desnutrição, malária e infecção respiratória aguda (IRA) foram algumas das complicações que a pasta informou.

Apenas a malária foram mais de 11 mil casos em 2022 no Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami. Para efeito de comparação, todo o território yanomami tem cerca de 30 mil habitantes. O número de casos da doença em 2022 é maior naqueles com idade superior a 50 anos.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve na área e chamou a situação de "desumana".

De acordo com o Sistema de Informações da Atenção à Saúde Indígena (Siasi), do Ministério da Saúde, foram registradas 99 mortes de crianças yanomami em 2022. As causas são variadas, incluindo desnutrição e Síndrome Respiratória Aguda Grave (Srag).

Três desses óbitos foram registrados de 24 a 27 de dezembro nas comunidades Keta, Kuniama e Lajahu. As causas documentadas são Srag, desidratação e desnutrição.

Os dados completos da missão do Ministério da Saúde devem ser finalizados em fevereiro. Isso porque os técnicos continuam no território até 25 de janeiro e depois contam com 15 dias para escrever o relatório.

"Técnicos estão analisando toda a situação de saúde na região, dos atendimentos prestados e insumos disponíveis", informou o Ministério da Saúde.

Mesmo com os dados ainda não consolidados, uma sala de situação foi instaurada para tratar a crise que os Yanomamis enfrentam. Segundo a ministra da Saúde, Nísia Trindade, já foram enviadas cestas básicas, insumos e medicamentos para o território.

Também foi instaurado o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-Yanomami) para empregar medidas durante a situação de emergência nacional.

Outro problema já relatado anteriormente é em relação a verminoses. Em novembro de 2022, uma operação foi realizada pela PF (Polícia Federal) e pelo MPF (Ministério Público Federal) para combater um suposto desvio de recursos públicos destinados à compra de medicamentos aos yanomamis.

As supostas fraudes resultaram na retenção de medicamentos, em especial vermífugos, o que deixou 10.193 crianças desassistidas, segundo nota divulgada pela PF.

Dados utilizados pelo MPF apontam que, de 13.748 crianças aptas ao tratamento de verminoses no primeiro semestre de 2022, apenas 3.555 receberam tratamento.

O resultado do desfalque dos remédios foi um "aumento de infecções e manifestações de formas graves da doença, com crianças expelindo vermes pela boca".

A situação da saúde entre os Yanomami, que tiveram o território demarcado há 30 anos, já era relatada anteriormente.

Publicado em abril de 2022, o levantamento "Yanomami sob ataque" realizado pela Associação Yanomami Hutukara e pela Associação Wanasseduume Ye'kwana, com assessoria técnica do ISA (Instituto Socioambiental), mostrava que uma crise na área já era observada, com aumento dos casos de malária e de desnutrição infantil.

A situação ganhou destaque com uma foto uma menina yanomami deitada em uma rede e com as costelas expostas.

Segundo o levantamento, Arathau, uma das regiões da terra indígena localizadas próxima ao Rio Parima, registrava o maior índice de desnutrição em todo o território. Entre as crianças com até cinco anos, cerca de 79,3% registrava baixo ou muito baixo peso.

O relatório realizado pelas associações também aponta o garimpo como um dos maiores problemas dos indígenas e que tem associação direta com o aumento da desnutrição. Por exemplo, a prática causa o desmate da terra, diminuindo terreno fértil. Além disso, o garimpo introduz doenças entre os indígenas, o que diminui a capacidade de trabalhar e cuidar das crianças.

A malária também é descrita no relatório como uma doença que registrou aumento de casos nos últimos anos. Ainda nas comunidades localizadas em Arathau, os casos cresceram cerca de 1127% entre 2018 e 2020.

Funai restringe acesso à terra yanomami, e apenas servidores em missão poderão entrar

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) restringiu o acesso de pessoas à Terra Indígena Yanomami em Roraima, que passa por uma crise humanitária sem precedentes.

Portaria da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) e da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (1º) determina que **apenas servidores em missão poderão entrar no território.**

De acordo com o texto, **as autorizações de acesso ao local já em vigor serão reavaliadas e novas estão suspensas**.

As regras vêm na esteira de medidas emergenciais do governo federal para a crise humanitária que ocorre em Roraima com indígenas yanomamis.

Estabelece regras para acesso dos servidores ao local, como apresentação de carteira com esquema vacinal completo e de teste negativo para coronavírus realizado no máximo 24 horas antes.

O ingresso à terra indígena será feito a partir de determinações do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-Yanomami).

Há um termo de compromisso para quem for ingressar no local. Uma das determinações, por exemplo, proíbe o proselitismo religioso na terra indígena. "É terminantemente proibido o exercício de quaisquer atividades religiosas junto aos povos indígenas, bem como o uso de roupas com imagens ou expressões religiosas", diz o texto.

Também é vedada a entrada de bebidas alcoólicas, drogas e determinados tipos de alimento. "É terminantemente proibida a distribuição de certos gêneros alimentícios ricos em açúcar, óleo e sal para os indígenas. Além de provocar graves enfermidades, a distribuição desses alimentos agrava o problema do lixo nas TIs", determina.

A portaria tem como objetivo "definir procedimentos para acesso à Terra Indígena Yanomami visando o resguardo e respeito aos povos indígenas durante o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional".

Na terça (31), o presidente publicou decreto que amplia o poder de atuação dos ministérios da Defesa, da Saúde, do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome e dos Povos Indígenas.

Agentes dessas pastas poderão requisitar bens, serviços e servidores de outros órgãos de governo para atuar na região, o que agiliza trâmites administrativos para a contratação de serviços de transporte e de máquinas ou o uso de áreas privadas (com indenização aos donos).

Outro ponto determinado pelo decreto é uma ampliação no controle do espaço aéreo no território dos yanomamis. Por isso, à meia-noite desta quarta, a Aeronáutica iniciou a restrição de voos no local.

A medida, anunciada pela FAB (Força Aérea Brasileira), tem como objetivo combater o garimpo na região, ao impedir a logística de abastecimento das atividades criminosas.

Por meio da **Operação Escudo Yanomami**, que ativará a **Zona de Identificação de Defesa Aérea (Zida)** no local, a área será dividida em três: branca (reservada), amarela (restrita) e vermelha (proibida). Além disso, a FAB instalará um radar para aumentar o controle do tráfego.

A partir dessa autorização, a FAB prevê que, na região proibida, somente estão autorizadas aeronaves militares ou envolvidas na operação.

Na região restrita, estão permitidos voos para aeronaves que estão em contato com órgãos de controle. Na reservada, aqueles de acordo com as regras e orientações do tráfego aéreo.

FAB cria zonas de defesa aérea para região yanomami

Operação Escudo Yanomami vale a partir de 1º.fev

Área branca (reservac
Voos devem seguir regras e orientações do tráfego aéreo

Nível de voo: de 1.833 m a 4.833 m

Área amarela (restrit
Permitidos voos para aeronaves que estão em contato com órgãos de controle

Nível de voo: do solo a 1.833 m

Área vermelha (proib
Somente aeronaves militares ou envolvidas na operação

Nível de voo: do solo a 1.833 m

Fonte: FAB (Força Aérea Brasileira)

"As aeronaves que descumprirem as regras estabelecidas nas áreas determinadas pela Força Aérea, estarão sujeitas às Medidas de Proteção do Espaço Aéreo (MPEA)", disse a Aeronáutica, por meio de nota.

Além disso, agentes envolvidos na assistência aos yanomamis poderão apreender equipamentos de garimpeiros, como já fazem, por exemplo, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis) e a Polícia Federal.

Para reforçar a segurança, os agentes terão prioridade para apoio da Defesa. O ministro, José Múcio Monteiro, deve se reunir com os comandos na próxima semana para discutir as atribuições de cada um, como a identificação de criminosos em terra e a vigilância nos rios.

A Força Nacional, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, deverá apoiar os agentes de saúde nos territórios.

O decreto, as restrições e o aumento na segurança fazem parte de um esforço do governo para tornar mais rápidas as ações na região. Uma preocupação é de que a crise esteja ainda pior, já que as equipes ainda não chegaram a todas as comunidades por causa da presença do garimpo e do crime organizado.

Primeiros movimentos diplomáticos do governo Lula

Lula iniciou o seu governo com forte movimentação diplomática, com guinadas na política externa em relação ao seu antecessor. O que já tinha dito que faria, quando candidato à presidente da república.

No dia 23 de janeiro, esteve em Buenos Aires, capital da Argentina , para se encontrar com o presidente Alberto Fernández. O atual governo busca aprofundar a integração brasileira com países da América do Sul e Latina e fortalecer o MERCOSUL, bloco econômico que passou por vários desgastes nos últimos anos.

Entre os temas tratados estavam:

- Instituição de uma moeda comum, para ser utilizada no comércio entre os dois países. Trata-se de uma velha ideia, também aventada pelos governos anteriores de Maurício Macri e Jair Bolsonaro.
- Empréstimo pelo BNDES para a construção do 2º trecho do gasoduto de Vaca Muerta, que poderá fornecer gás natural para o Brasil.
- Finalização do acordo comercial MERCOSUL-União Europeia, tema também tratado por Lula com o Uruguai, na visita que fez ao presidente Lacalle Pou, no dia seguinte.

Lula também participou da 7° Cúpula da Celac – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, em Buenos Aires, instituição que o Brasil voltou a fazer parte.

Já no dia 30 de janeiro, o primeiro-ministro da Alemanha, Olaf Scholz esteve no Brasil para uma reunião com Lula.

Scholz sinalizou com o interesse de agilizar a finalização do acordo Mercosul-União Europeia e anunciou cerca de 200 milhões de euros em doações e empréstimos para ações ambientais no Brasil, como o Fundo Amazônia.

GASODUTO DE VACA MUERTA NA ARGENTINA VAI TRANSPORTAR GÁS DE XISTO

país vizinho espera financiamento de US$ 689 milhões do Brasil para bancar 2º trecho do empreendimento

gasoduto Nestor Kirchner — outros gasodutos

gasoduto Nestor Kirchner ligará a reserva de Vaca Muerta até a província de Santa Fé

jun.2023
previsão de conclusão do trecho

467 km
trecho que seria financiado pelo BNDES

1.025 km
extensão total

fonte: apuração **Drive/Poder360**

PODER 360

Estratégia Concursos

FINANCIAMENTO DO BNDES EM OUTROS PAÍSES

em US$ milhões, até setembro de 2022

BNDES

país	financiado (10.500)	a vencer (946)	em atraso* (1.031)
Venezuela	1.507	122	682
Cuba	656	406	227
Moçambique	188	45	122
Rep. Dominicana	1.215	102	0
Gana	154	94	0
Guatemala	168	84	0
Honduras	59	32	0
Argentina	2.006	29	0
Equador	685	21	0
Costa Rica	43	11	0
Angola	3.273	0	–
Peru	348	0	–
México	90	0	–
Paraguai	77	0	–
Uruguai	31	0	–

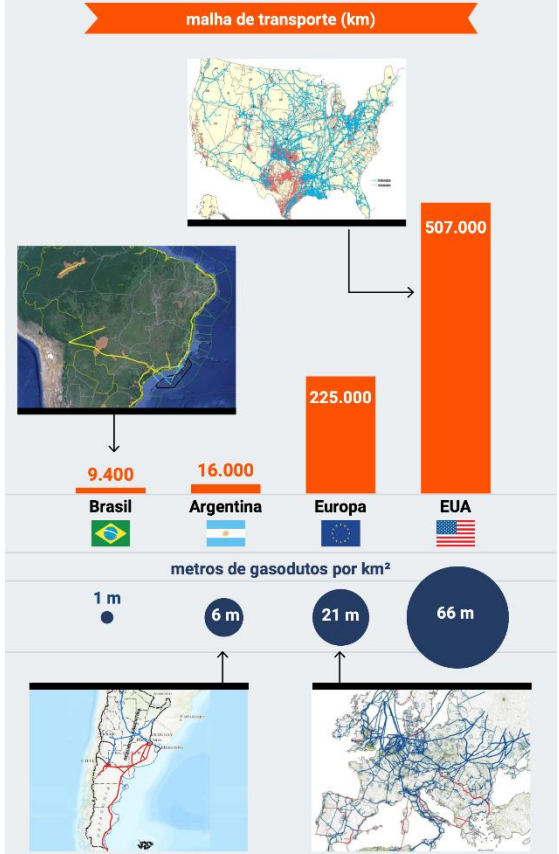
*valor não pago no prazo é coberto pelo Fundo de Garantia à Exportação, mantido pelo Tesouro

fonte: BNDES

PODER 360

GASODUTOS NO BRASIL, ARGENTINA, EUA E EUROPA

infraestrutura brasileira é a menos desenvolvida



Rede de gasodutos do Brasil está estagnada desde 2013.

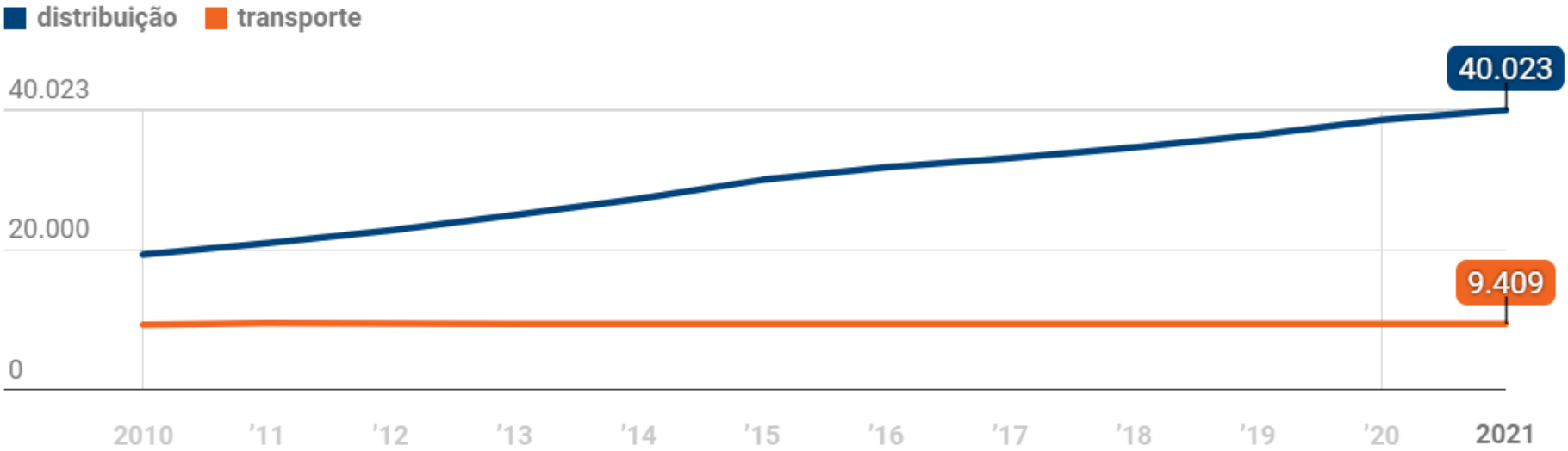
A malha de gasodutos de transporte no Brasil parou de crescer em 2013. Nos últimos 12 anos, houve aumento de apenas 1%, enquanto a infraestrutura de distribuição teve um crescimento de 107% no mesmo período.

Os dados são da Abegás (Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado). Diferentes tipos de gasodutos operam no Brasil. Os de transporte atravessam Estados e levam o gás natural produzido pelas empresas e tratado em unidades de processamento às distribuidoras estaduais, que fornecem o insumo aos seus clientes via gasodutos de distribuição.

Em números, a malha de transporte saiu de 9.295 quilômetros em 2010 e chegou a 9.409 quilômetros em 2013, permanecendo nesse patamar até hoje. Já a rede de distribuição era de 19.313 quilômetros em 2010 e chegou a 40.023 quilômetros no ano passado. Dessa forma, há um limite geográfico – os Estados que podem receber gás natural via dutos de transporte– e de capacidade – o volume que pode ser transportado para distribuição.

malha de gasodutos no Brasil

em km



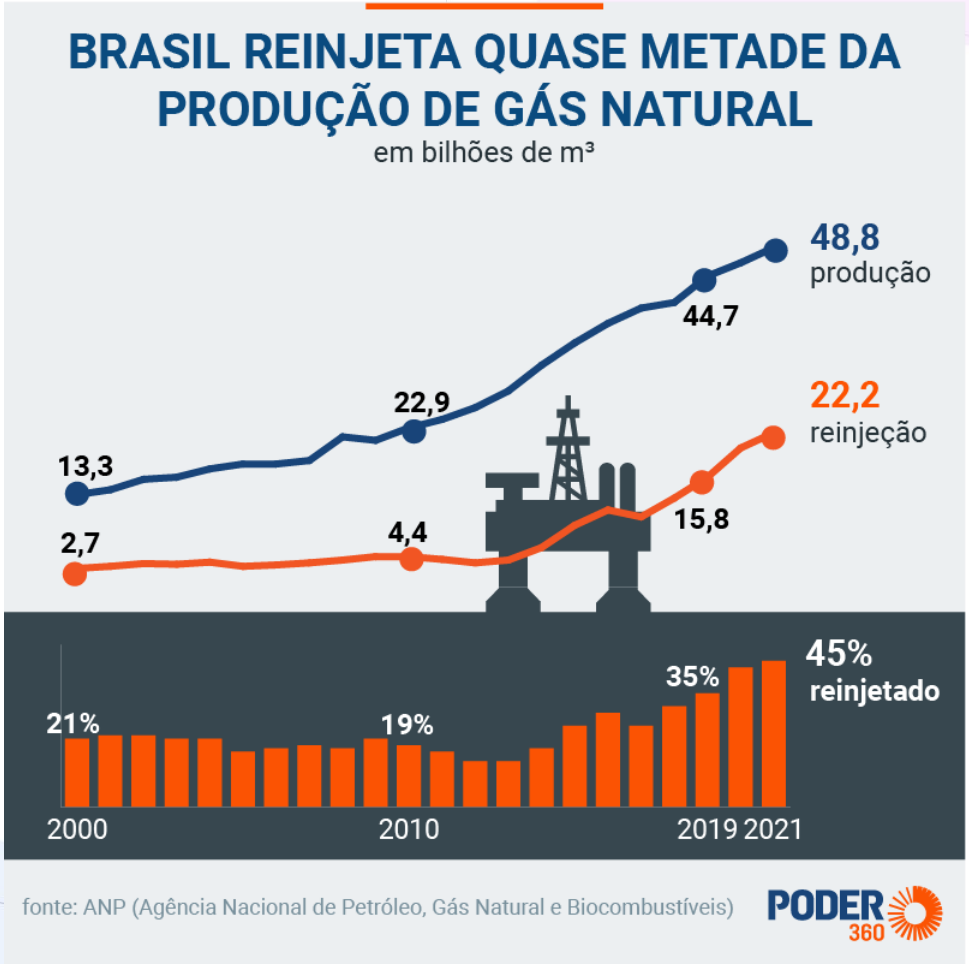
há uma leve queda na extensão dos dutos de transporte de 2011 a 2013. Procurado para esclarecer o motivo, o MME não respondeu.

fontes: MME e Abegás

PODER 360

CONSEQUÊNCIA

A falta de infraestrutura é uma das razões para o Brasil reinjetar 45% de sua produção de gás natural. Não há gasodutos de escoamento que suportem a produção crescente do pré-sal. Em dezembro de 2021, os 3 maiores campos de gás, na Bacia de Santos, praticaram nível médio de reinjeção de 57%. A quantidade de gás natural que voltou aos reservatórios em 2021 foi de 22,2 bilhões de metros cúbicos. Trata-se de recorde na série histórica da ANP, em volume e percentual de reinjeção


BRASIL REINJETA QUASE METADE DA PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL
em bilhões de m³
48,8
produção
44,7
22,9
13,3
22,2
reinjeção
15,8
4,4
2,7
45%
reinjetado
35%
21%
19%
2000
2010
2019 2021
fonte: ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis)
PODER 360

O que é a Celac, grupo que reúne América Latina e Caribe

CELAC

Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) desembarcou na noite deste domingo (22) em Buenos Aires, na Argentina, na sua primeira viagem internacional do novo mandato. As agendas do presidente, nesta segunda (23) e terça-feira (24), incluem uma reunião com o presidente da Argentina, Alberto Fernández, e participação na 7ª Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac).

O Brasil tinha deixado o bloco havia dois anos, durante o governo de Jair Bolsonaro (PL). No dia 5 de janeiro, no entanto, o Ministério das Relações Exteriores informou o retorno do país à Celac.

Entenda o que é a Celac

A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos é um bloco criado no México, em 2010, que reúne 33 países. A oficialização do grupo, no entanto, ocorreu em 2011.

A aliança busca a integração latino-americana e caribenha, além da coordenação política, econômica e social dos países. Na pauta, entram temas como desarmamento nuclear, agricultura familiar, cultura, energia e meio ambiente, com a América Latina em busca de autonomia.

Apesar de recente, a ideia de criação do bloco nasceu na década de 1980, quando surgiu o chamado Grupo de Contadora, formado por México, Venezuela, Colômbia e Panamá. Os países eram contrários à política intervencionista do então presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan.

A partir de 1985, outros países se juntaram. Entre eles, Brasil, Argentina, Peru e Uruguai, formando o Grupo do Rio, com o objetivo de fortalecer a democracia e o desenvolvimento econômico e social.

Nas décadas seguintes, mais países se aliaram: Bolívia, Chile, Costa Rica, Cuba, Equador, Nicarágua e Paraguai. Com a expansão de governos progressistas na América Latina em 2008, surge a chamada "onda rosa".

Na época, o então presidente Lula convocou um encontro com líderes da região na Costa do Sauípe, na Bahia. Foi o primeiro grande encontro com governos latino-americanos e caribenhos sem a participação dos Estados Unidos ou Europa.

Ali, se reuniram Mercosul, União de Nações Sul-Americanas (Unasul), América Latina e Caribe. **Em debate, a substituição da Organização dos Estados Americanos (OEA) por uma instituição que não sofresse tanta influência dos norte-americanos.**

Em 2020, o governo de Jair Bolsonaro decidiu retirar o Brasil da Celac, por divergências políticas e ideológicas com Cuba e Venezuela. O protagonismo, que antes era do Brasil, passou a ser disputado por países como Chile, México e Argentina, que ocupa hoje a presidência do grupo.

Americanas: veja tudo que você precisa saber sobre a crise na empresa

Em uma semana, a Americanas trocou de presidente, viu suas ações desabarem na Bolsa, se tornou alvo de processos na Justiça e entrou com um dos maiores pedidos de recuperação judicial no país. A varejista tem R$ 43 bilhões em dívidas e 16.300 credores. Mas o que causou essa reviravolta no dia a dia da empresa? E como isso vai afetar investidores, trabalhadores e clientes?

O que aconteceu com a Americanas?

No dia 11 de janeiro, após o fechamento do mercado, Sergio Rial, que havia assumido o cargo de CEO da companhia há apenas nove dias, anunciou sua renúncia depois de encontrar "inconsistências contábeis" de R$ 20 bilhões nos balanços da empresa de 2022 e de anos anteriores. No lugar dele, foi indicado um interino. O recém-empossado diretor de Relações com Investidores, André Covre, também deixou o cargo.

A empresa faliu?

Não. A varejista segue em operação com vendas em lojas físicas e on-line, mas concentra esforços na gestão do negócio. **Na semana passada, ela deixou de ser patrocinadora do Big Brother Brasil e foi substituída pelo Mercado Livre.** Sem conseguir chegar a um acordo com credores e com restrições no caixa, a empresa entrou com um pedido de recuperação judicial em caráter de urgência.

Como os R$ 20 bilhões em “inconsistências contábeis” desapareceram dos balanços da companhia?

O problema ocorreu em uma operação comum entre varejistas, chamada de “risco sacado”. A empresa pega empréstimos com bancos para comprar material de fornecedores. Os bancos antecipam o valor ao fornecedor, e a varejista quita a dívida com a instituição financeira pagando juros pelo prazo do empréstimo.

A “inconsistência contábil” ocorreu porque isso não foi registrado corretamente no balanço. Elas foram descritas como despesas com fornecedores, mas deveriam ter sido computadas como dívidas financeiras.

Houve erro ou fraude?

Não se sabe ainda se o que ocorreu foi uma falha que durou vários anos ou se houve fraude. A empresa anunciou a criação de um comitê independente que será responsável por averiguar como isso aconteceu.

Como corrigir a "inconsistência contábil"?

A empresa terá de republicar balanços e reconhecer a dívida. Ao fazer isso, haverá mudança no grau de endividamento. O problema é que os contratos da varejista com bancos incluem cláusulas de garantias. A mudança nestes indicadores financeiros funciona como um gatilho, que permite o vencimento antecipado de dívidas com bancos.

Afinal, qual é o tamanho do rombo na Americanas?

A em presa entrou com pedido de recuperação judicial com R$ 43 bilhões em dívidas. Esse débito dobrou de valor depois que a empresa anunciou "inconsistências contábeis" de R$ 20 bilhões no último dia 11 de janeiro. O tamanho exato dos erros nos balanços de 2022 e de anos anteriores ainda será alvo de investigação por um comitê e uma auditoria.

Como o auditor não percebeu uma diferença bilionária no balanço?

Informações preliminares indicam que o erro nas contas não se restringiu a 2022 e poderia chegar a um período de cinco a dez anos. Nos últimos anos, as contas da Americanas foram auditadas pela PwC e antes disso pela KPMG. As duas empresas afirmam que não comentam o caso por sigilo contratual.

Como o mercado reagiu ao rombo nas contas da Americanas?

No dia seguinte ao anúncio das “inconsistências contábeis”, a quinta-feira, dia 12, as ações da Americanas recuaram 77,3% e fecharam a R$ 2,72. Foi a maior queda de uma empresa da carteira do Ibovespa, índice de referência dos investidores, desde 1994, segundo o Valor Data.

Os investidores refletiram a queda de confiança na companhia após o anúncio do rombo nas contas, o que afeta a reputação da marca.

Qual é a saída para a crise?

Na avaliação de investidores e credores da companhia, a Americanas precisa de uma injeção de capital. A companhia tem como acionistas de referência os bilionários Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira, fundadores da 3G Capital. Os três contam com uma participação de 31,13% na companhia.

Desde que o escândalo foi revelado, eles se manifestaram a favor de apoiar a companhia. O problema é definir qual valor deve ser aportado e como isso seria feito.

Antes da recuperação judicial, o que se esperava era uma oferta secundária de ações (follow on). Os credores, porém, cobravam um aporte maior do que o que os acionistas indicaram fazer, segundo fontes.

Após o pedido de recuperação judicial, a Americanas informou que os acionistas de referência (Lemann, Telles e Sicupira) se comprometem a manter a liquidez, ou seja, manter a empresa em operação.

Como a Americanas pode levantar capital para enfrentar a crise?

Analistas afirmam que a Americanas pode se desfazer de aquisições recentes que não são ligadas ao negócio principal da empresa. Entre os nomes mais citados estão o Hortifruti e a rede Natural da Terra. Outra alternativa seria a rede VEM, de lojas de conveniência, um negócio em parceria com a Vibra (antiga BR Distribuidora).

Mas mesmo se desfazendo destas empresas, a avaliação é que a Americanas precisará de uma injeção de capital dos sócios.

O que a Americanas fez para evitar que os credores cobrassem o que ela devia?

Enquanto tentava evitar pedir recuperação judicial, a varejista entrou na Justiça e obteve uma medida cautelar no último dia 13, que suspendia qualquer possibilidade de bloqueio ou sequestro de bens por um período de 30 dias. A decisão da 4ª Vara Empresarial do Rio ia além e proibia o arresto, penhora, sequestro de bens a partir do dia 11, quando a empresa informou o rombo bilionário nos balanços de anos anteriores.

A decisão azedou o ânimo entre os credores, e diversos bancos entraram na Justiça para tentar reaver seus recursos. Depois que a medida cautelar foi contestada e o BTG conseguiu reaver R$ 1,2 bilhão em dívidas, a decidiu entrar com o pedido de recuperação judicial.

Por que o BTG iniciou uma batalha judicial contra a Americanas?

O banco foi obrigado a devolver R$ 1,2 bilhão em dívidas que havia resgatado após a primeira decisão judicial que suspendia execução de dívidas, publicada no dia 13. A partir daí, ele entrou com uma série de recursos contra a decisão. Desde o início foi o credor mais contundente na defesa do direito de reaver o dinheiro.

"Os três homens mais ricos do Brasil (com patrimônio avaliado em R$ 180 bilhões), ungidos como uma espécie de semideuses do capitalismo mundial 'do bem', são pegos com a mão no caixa daquela que, desde 1982, é uma das principais companhias do trio", diz parte do recurso apresentado à Justiça. Na terceira tentativa, o banco conseguiu derrubar a decisão que protegia o caixa da Americanas. Depois disso, outras instituições financeiras recorreram para resgatar o que tinham a receber. Isso fez com que a Americanas acabasse optando pelo caminho da recuperação judicial.

Quais foram os argumentos da Americanas para pedir a recuperação judicial?

A Americanas citou a queda de 80% das ações desde que foi deflagrada a crise do rombo de R$ 20 bilhões nos balanços de 2022 e de anos anteriores. A varejista destacou ainda que o rebaixamento da nota de crédito por agências de classificação de risco deixou as instituições financeiras credoras "em polvorosa" .

Isso fez com que as instituições se recusassem a antecipar pagamentos (antecipação de recebíveis), o que poderia gerar caixa adicional de R$ 3 bilhões, o montante necessário para manter a operação no curto prazo.

A empresa também destacou que gera mais de 100 mil empregos diretos e indiretos, arrecada mais de R$ 2 bilhões em tributos por ano, além de manter, aproximadamente, 3.600 estabelecimentos espalhados por todo o país, atendendo a mais de 50 milhões de consumidores.

Por que a crise da Americanas afetou também os fundos de investimento?

A crise da Americanas teve impacto não só para quem comprou ações da companhia, mas até para investidores em títulos de renda fixa. De acordo com levantamento da plataforma Comdinheiro, existem 31,7 milhões de cotistas de fundos com alguma exposição a títulos de dívida da Americanas.

Uma mesma pessoa pode ser cotista de mais de um fundo, mas isso dá a dimensão do alcance da crise. Um dos casos mais citados foi o do Nu Reserva Imediata, um fundo de renda fixa do Nubank com 1,3 milhão de cotistas, que apresentou rentabilidade negativa após o anúncio do rombo na Americanas.

A aplicação é voltada para quem pretende construir uma reserva de emergência e busca retorno melhor que o da poupança.

Mas para alcançar essa meta, ele tem mais de 20% da carteira formada por títulos corporativos, entre eles, papéis da Americanas. Em nota, o Nubank informou que a parcela de investimento em debêntures (títulos de dívida) das Americanas já foi revista pela Nu Asset Management.

Como os fornecedores estão lidando com a crise da empresa?

Após o pedido de recuperação judicial, parte deles já antevê prejuízos, em razão da demora para receber os recursos nesse tipo de processo e do desconto normalmente aplicado na dívida. Nos últimos dias, a Americanas já havia paralisado novos pedidos para parte de seus fornecedores, segundo o relato de fabricantes.

Como fica a situação dos trabalhadores?

Não houve qualquer anúncio de mudança do efetivo. Nas redes sociais, porém, há relatos de preocupação com o futuro da companhia e com os postos de trabalho, votos de confiança na capacidade de recuperação da varejista e mensagens de solidariedade de outros profissionais. Caso o pedido de recuperação judicial seja aceito, eles são a classe prioritária de pagamento.

Como fica a situação do consumidor?

De acordo com a Americanas, a operação da companhia segue normal, com vendas no site e nas lojas físicas, dentro das novas regras de recuperação judicial. A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), órgão ligado ao Ministério da Justiça, notificou a empresa para prestar esclarecimentos sobre a "crise de inconsistências contábeis".

O Procon-SP já havia cobrado explicações se o caso teria impacto para o consumidor, se as compras seriam comprometidas e pedindo mais detalhes.

O que acontece com a empresa agora?

Se o pedido de recuperação judicial for aceito, ela tem um período de 180 dias de proteção contra credores assegurado. Ela pretende apresentar dentro de 60 dias um plano de recuperação à Justiça. Ele precisará ser aprovado pelos credores para ser posto em prática.

Prisão de Daniel Alves: o que se sabe e o que falta saber

A Justiça espanhola determinou a prisão preventiva e sem fiança do jogador brasileiro Daniel Alves nesta sexta-feira (20), por conta de um processo que o acusa de ter estuprado uma mulher em uma boate de Barcelona.

O que aconteceu?

Na madrugada do dia 30 de dezembro, a suposta vítima alegou que foi estuprada por Daniel Alves no banheiro da boate "Sutton", em Barcelona.

Detalhes do depoimento dado à polícia foram revelados pelos jornais da Espanha. Nele, segundo a imprensa, ela conta que o jogador a impediu de sair do banheiro, agarrou e colocou a mão dela sobre o seu pênis, a jogou no chão, ordenou que ela fizesse sexo oral – o que ela recusou e resistiu, – bateu nela e a penetrou com força até ejacular.

Até o momento, só se sabe essa versão dada no depoimento e obtida pela imprensa. O depoimento não foi divulgado oficialmente. Não havia câmeras no local onde aconteceu a agressão. Inicialmente, Daniel Alves negou que isso tenha acontecido e disse que não conhecia a mulher. Depois, segundo a imprensa local, o jogador mudou a versão e disse que a relação foi consensual.

Testemunhas viram indo ao banheiro e depois chorando após sair de lá. Quando a polícia chegou no local, o jogador já havia ido embora. Segundo o jornal "El Periódico", a polícia disse que encontrou traços de sêmen no banheiro.

Relatórios médicos apontam que a vítima tinha sinais de agressão compatíveis com estupro.

Por que Daniel Alves foi preso?

Daniel Alves atendeu a um pedido dos investigadores e foi voluntariamente até a delegacia em Barcelona. Depois de prestar depoimento sobre o caso, ele foi detido.

Posteriormente, foi levado até uma juíza da Catalunha, onde prestou um depoimento de 45 minutos. Após ouvi-lo, a juíza acatou o pedido de prisão preventiva sem fiança feito pela promotoria e pelos advogados da vítima.

Na decisão pela prisão, a juíza citou quatro motivos:

- ❑ Daniel Alves não tem endereço fixo na Espanha
- ❑ O denunciado tem plenas condições financeiras de fugir
- ❑ Não há acordo de extradição entre a Espanha e o Brasil
- ❑ Há risco de obstrução de justiça por parte do jogador

Onde Daniel Alves está preso?

O jogador está preso na Penitenciária Brians 1, que fica a cerca de 30 km do centro de Barcelona.

Até quando Daniel Alves ficará na cadeia?

Daniel Alves está preso, mas ainda não foi julgado. A Justiça espanhola decretou a prisão preventiva, mas não determinou um prazo para ele ser solto ou julgado.

Para crimes de agressão sexual, que incluem o estupro, o Código Penal espanhol prevê pena de um a 15 anos, dependendo da gravidade do caso, que pode ser reduzida a multas.

Como funciona a investigação na Espanha?

Pela legislação da Espanha, uma pessoa investigada pode ser presa durante o depoimento, caso os interrogantes entendam que há elementos que justifiquem a detenção.

No sistema espanhol, a Justiça também faz sua própria investigação sobre um caso, ainda que haja um inquérito policial.

Em paralelo, o Ministério Público pode fazer uma denúncia, como ocorreu nesta situação.

Quando a denúncia chega à Justiça, um tribunal designa um magistrado chamado juiz de instrução, que fica encarregado de reunir provas de um caso para determinar se se trata ou não de crime ou delito. Caso determine que sim, esse magistrado encaminha então o caso para julgamento.

Quem é a suposta vítima de estupro?

A identidade da denunciante não foi revelada. O que se sabe sobre ela é que tem 23 anos e foi para a boate com amigas. Um grupo de mexicanos as convidou para entrar na área VIP, onde estava o jogador, mas não se sabe qual é a relação dela com esse grupo.

O que Daniel Alves disse sobre o caso?

Na quinta-feira (5), durante entrevista a um programa de TV na Espanha, Alves alegou que estava apenas dançando, sem invadir o espaço de ninguém. Ele alegou ainda não conhecer a mulher e disse não ter "que perguntar quem está no banheiro" quando quer usá-lo.

"Eu estive nesse lugar, e quem me conhece sabe que eu adoro dançar, mas sem invadir o espaço de ninguém, respeitando os espaços. E quando você vai ao banheiro não tem que perguntar quem está lá para usar o banheiro. Não sei quem é essa senhorita, nunca a vi. Nestes anos todos nunca invadi o espaço de ninguém sem autorização", declarou o jogador, que se queixou também dos danos da denúncia à sua família.

Depois, os jornais "El País" e "El Periódico" afirmaram que, no depoimento à juíza que determinou sua prisão, Daniel Alves mudou sua versão e assumiu que teve uma relação sexual com a mulher, mas negou ter sido violento ou cometido agressão sexual.

Daniel Alves teve seu contrato rescindido?

O jogador, que recentemente fez parte da Seleção Brasileira na Copa do Mundo do Catar em 2022, no auge da sua carreira passou por dois grandes times da Espanha: Sevilla e Barcelona.

Seu contrato mais recente era com o Los Pumas, um time mexicano, que já declarou que ele está automaticamente fora do time após a acusação de agressão sexual.

Justiça adia decisão sobre prender aluna da USP por desvio de R$ 1 mi de formatura

A Justiça de São Paulo não aceitou o pedido de prisão preventiva feito contra a estudante de medicina da USP Alicia Dudy Muller Veiga, 25, acusada de desviar quase R$ 1 milhão do fundo de formatura da sua turma.

Em decisão desta quinta (2) sobre o caso, o juiz Fabio Pando de Matos determinou a devolução dos autos para a delegacia para que sejam feitos novos procedimentos requeridos pelo Ministério Público. Só após essas medidas, afirma a decisão, o pedido da Polícia Civil para prender a aluna será analisado.

Alicia foi indiciada sob suspeita de apropriação indébita, mas a Promotoria avalia que ela cometeu crime de estelionato. Por isso, solicitou o retorno do inquérito para a autoridade policial para que seja colhida a representação das vítimas a fim de discriminar "de forma individual o prejuízo suportado para cada uma delas".

"Diferentemente do que ocorre na apropriação indébita, no estelionato a lei exige representação criminal dos ofendidos para oferecimento de denúncia contra a autora dos fatos", afirmou o Ministério Público, em nota na última terça (31). O crime de apropriação indébita tem pena máxima de quatro anos de reclusão, enquanto o de estelionato comum é de cinco.

Em seu parecer, o Ministério Público afirmou ser contrário à prisão preventiva por entender que não há nenhum elemento concreto que indique que a jovem, que é ré primária, esteja pondo em risco a ordem pública, dificultando a instrução processual ou que pretenda, no futuro, se furtar a aplicação da lei penal.

O advogado Sergio Stocco Giolo, que defende a jovem, declarou que, assim como a Promotoria, "o magistrado agiu nos termos da lei". "Ante a ausência de prejuízo ou risco, para o processo ou para terceiros, na adoção do procedimento previsto em lei, é totalmente descabida a prisão de Alicia", afirmou à Folha na noite desta quinta.

O caso

Os desvios no fundo de formatura da turma de medicina se tornaram conhecidos em janeiro, quando a própria estudante escreveu em um grupo de WhatsApp que havia investido parte do dinheiro guardado para a festa em uma corretora, que lhe teria dado um golpe —versão que não se sustentou.

Em depoimento posterior à polícia, a aluna afirmou que investiu o valor, mas perdeu o dinheiro por falta de conhecimento em finanças. Com isso, passou a jogar na loteria para tentar recuperar o montante.

A investigação apontou que Alicia utilizou parte do dinheiro para cobrir despesas pessoais. Ela recebeu nove transferências do fundo de formatura para contas próprias de novembro de 2021 até dezembro de 2022.

Os repasses foram feitos pela empresa Ás Formaturas para três contas pessoais de Alicia, a pedido da estudante, que era presidente da comissão de formatura.

Cada transferência pode ser considerada um crime cuja pena máxima é de quatro anos de reclusão. Assim, ela poderia pegar uma pena de até 36 anos.

Após investigação do Procon, a empresa organizadora da festa disse ao órgão que se comprometia em absorver o prejuízo de R$ 920 mil dos estudantes de medicina da USP e realizar o evento sem custo extra para os formandos.

Além de apropriação indébita, Alicia é investigada por suspeita de estelionato e lavagem de dinheiro pela polícia de São Bernardo do Campo (Grande São Paulo). Essa investigação teve início após ela tentar apostar, sem pagar, um total de R$ 891 mil em bilhetes da Lotofácil.

Além do desmatamento: 38% da Floresta Amazônica é afetada por outras formas de degradação

Em outubro de 2022, o governo do Amazonas declarou que todos os 62 municípios do Estado estavam sofrendo por uma seca que deixou rios, como o famoso Solimões, repleto de bancos de areia, e a população com dificuldade para navegar e para acessar água potável.

Naquele momento, 19 cidades foram consideradas em situação de atenção, 41 em alerta e duas em estágio de emergência — o mais grave.

O exemplo recente, vindo de um dos Estados brasileiros que fazem parte da Amazônia Legal, mostra que as ameaças que rondam a floresta vão muito além do desmatamento.

Esse é o alerta de um estudo publicado nesta quinta-feira (26/01) na revista científica Science, uma das mais importantes do mundo: outras formas de degradação que têm interferência do homem já destroem boa parte da floresta e devem ser, em 2050, uma das principais fontes de emissão de carbono, independente do aumento ou da diminuição do desmatamento.

O estudo estima que 38% da Floresta Amazônica é hoje afetada por algum tipo de degradação.

"A área degradada na Amazônia e as emissões de carbono de degradação são iguais ou até maiores do que as de desmatamento", afirma à BBC News Brasil o líder do estudo, David Lapola, pesquisador do Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutor pela Universidade de Kassel, na Alemanha.

A pesquisa na Science considerou a área da Amazônia tanto no Brasil quanto em países vizinhos e teve como base estudos anteriores e imagens de satélite. O período analisado vai de 2001 a 2018.

Com autoria de 35 pesquisadores brasileiros e estrangeiros, o estudo diferencia o desmatamento e a degradação. Enquanto, no primeiro, a floresta sofre grande alterações para dar lugar a um novo uso — por exemplo, uma área que é queimada para virar pasto —, a degradação se diferencia por envolver alterações mais contidas na cobertura florestal e por não ter o objetivo de transformar o uso daquela terra.

Na produção científica, está outra diferença: segundo os autores, o desmatamento tem recebido muito mais atenção do que a degradação.

"Na Floresta Amazônica, a extensão e os efeitos de longo prazo de tais distúrbios antropogênicos [a degradação] no ciclo terrestre do carbono terrestre, no funcionamento dos ecossistemas e nos meios de sobrevivência das populações locais estão começando a ser compreendidos e diferenciados dos impactos do desmatamento", diz um trecho do estudo, que tem também a participação, além da Unicamp, de pesquisadores do Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (Ipam) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Energia solar se torna a segunda maior fonte do Brasil

A energia elétrica fotovoltaica, ou energia solar, se tornou a segunda maior fonte da matriz energética brasileira, com 11,2% da capacidade nacional. O marco, alcançado nesta terça-feira (03/01), foi divulgado pela Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).

Com um volume de 23,9 gigawatts (GW) de potência instalada, a energia gerada a partir de painéis solares passou à frente da eólica (23,8 GW), com 11,1%, ficando atrás apenas das fontes hídricas (109,7 GW), que ainda respondem por 51,3% do parque nacional.

Segundo a Absolar, os 23,9 GW estão distribuídos em 16 GW de geração distribuída – instalada em telhados e pequenos terrenos – e 7,9 GW de geração centralizada – com origem nas grandes usinas.

Aumento de incentivos

A expansão da energia solar no país ocorre em meio a um aumento de incentivos econômicos à instalação de usinas fotovoltaicas de pequeno a grande porte. Em 2022, o Brasil registrou um crescimento de 60% na capacidade instalada de energia solar. Só nos últimos meses, o ritmo de crescimento tem girado em torno 1 GW por mês.

"A tecnologia (solar) ajuda a diversificar a matriz elétrica do país, aumentar a segurança de suprimento, reduzir a pressão sobre os recursos hídricos e proteger a população contra mais aumentos na conta de luz", afirmou em nota o CEO da Absolar, Rodrigo Sauaia.

No momento, a energia solar se prepara para mudanças nas regras referentes à modalidade de geração distribuída. Nesta sexta-feira (06/01), encerra-se o prazo para que consumidores entrem com pedidos de conexão de seus painéis junto à rede das distribuidoras, a fim de garantir a isenção de taxas.

Expansão na capacidade instalada

A oferta de energia gerada por fontes renováveis registrou um forte aumento em 2022. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o país encerrou o ano passado com uma expansão de 8.235,1 megawatts (MW) – a segunda maior já registrada, atrás apenas dos 9.528 MW alcançados em 2016.

Somente as usinas eólicas e solares responderam, respectivamente, por 2.922,5 MW e 2.677,3 MW. Usinas termelétricas a biomassa representaram 904,9 MW; as termelétricas que utilizam combustível fóssil contribuíram com 1.355,7 MW; e as centrais hidrelétricas somaram 374,6 MW.

STF confirma validade de lei que proíbe fabricação e venda de armas de brinquedo

Por maioria de votos, o plenário virtual do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou constitucional uma lei estadual de São Paulo que proíbe a fabricação e a comercialização de armas de brinquedo no estado.

A ação foi apresentada à Corte em 2014 pelo então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que alegava que o projeto de lei que originou a norma foi integralmente vetado, com o argumento de que invadia matéria de iniciativa legislativa privativa da União.

Contudo a Assembleia Legislativa (Alesp) derrubou o veto e promulgou a lei.

No voto que prevaleceu no julgamento, o relator da ação, ministro Gilmar Mendes, destacou que a lei se destina à proteção da criança e do adolescente, e a regulação da fabricação, da venda e da comercialização de armas de brinquedo pode ser feita em nível nacional ou estadual.

"A arma de brinquedo não se enquadra na definição de material bélico. A matéria de que trata a Lei estadual afeta ao direito do consumidor e à proteção da criança e do adolescente. Nesse contexto, recordo que a Constituição Federal estabelece que é competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre proteção à infância e à juventude", disse Gilmar Mendes.

O ministro foi seguido por Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Rosa Weber, Roberto Barroso, Luiz Fux, Edson Fachin e Alexandre de Moraes.

Os ministros André Mendonça e Nunes Marques divergiram do relator e votaram contra a norma. Para eles, a lei paulista invadiu competência da União para legislar sobre Direito Civil e Comercial.

Caetano, Gal e João Gilberto entram na lista dos maiores cantores da história

A revista americana Rolling Stone divulgou neste domingo (1º) a lista dos 200 maiores cantores de todos os tempos. Os brasileiros Caetano Veloso, Gal Costa e João Gilberto aparecem no ranking.

Caetano Veloso aparece na posição 108; Gal Costa, que faleceu em novembro de 2022, aparece na posição 90 da lista; e para completar o time de brasileiros no ranking dos maiores cantores, o mais bem colocado é João Gilberto, em 81º.

A publicação diz que Caetano Veloso é o principal cantor e compositor do Brasil, o "equivalente nacional de Dylan". Para a revista, o artista brasileiro é "um roqueiro revolucionário com uma forte inclinação literária''.

Rolling Stone diz que Caetano Veloso é um artista mestre e encantador quando acelera o ritmo e lança gritos e trinados emocionantes. "Ele transmite tudo isso em inglês e também em português do Brasil".

Em relação a Gal Costa, a revista americana diz que a baiana tem um poder transformador na voz. “Como uma luminosa rainha Midas, a diva baiana transformava em ouro tudo o que tocava: tropicália de olhos arregalados (“Baby”, clássico brasileiro do final dos anos 60), samba-rock sexy (“Flor de Maracujá”), frevo carnavalesco exuberante (“Festa Do Interior”) e bossa funkificada (sua leitura de 1979 do padrão “Estrada do Sol” é tão exuberante e mística que beira o surreal)”.

A Rolling Stone relembra a regravação de “Sua Estupidez”, interpretada originalmente por Roberto Carlos, que Gal Costa transformou uma balada sentimental em uma declaração de partir o coração de beleza e arrependimento. “A vocalista feminina mais transcendente da era pós-bossa”.

Ao falar de João Gilberto, a Rolling Stone exalta a Jovem Guarda e diz que foi um dos movimentos culturais mais poderosos que surgiram na América Latina e o descreve como "discreto cantor e violinista".

"O carioca murmurava e sussurrava com uma desenvoltura que fazia cada música parecer uma reunião casual de amigos. Esse estilo - sua poesia e calor - combinava perfeitamente com as narrativas da bossa sobre a contemplação da vida na praia de Copacabana", acrescenta a publicação.

Citando o álbum de estreia de Gilberto em 1959, cita que ele "deu o tom para a revolução que se seguiu, e o clássico jazzístico de 1964 Getz/Gilberto resumiu sua energia com 'Garota de Ipanema', que ele tocou ao lado do inglês quebrado de sua cadenciada esposa Astrud".

FATOS INTERNACIONAIS

Prof. Leandro Signori

Nova York aprova compostagem com restos humanos

Nova York se tornou o mais recente estado americano a autorizar a compostagem humana. Assim, pessoas podem ter seu corpo transformado em composto orgânico para adubo —o que é visto como uma alternativa sustentável ao enterro ou à cremação.

Também conhecida como "redução orgânica natural", a prática consiste em deixar o corpo se decompor ao longo de várias semanas dentro de um compartimento fechado. Em 2019, Washington foi o primeiro estado dos EUA a legalizar o procedimento. Colorado, Oregon, Vermont e Califórnia seguiram o exemplo.

Nova York é, portanto, a sexta jurisdição americana a permitir a compostagem humana, após a governadora do estado, a democrata Kathy Hochul, sancionar a legislação no último sábado (31).

O procedimento é realizado em instalações especiais acima do solo. O corpo é colocado dentro de um compartimento fechado com matéria orgânica selecionada, como lascas de madeira, alfafa e palha de capim, e gradualmente se decompõe sob a ação de micróbios.

Após cerca de um mês —e um processo de aquecimento para eliminar contaminação—, os entes queridos recebem o solo resultante. O composto pode ser usado no plantio de flores, hortaliças ou árvores.

Uma empresa americana chamada Recompose afirma que seu serviço pode economizar 1 tonelada de carbono em comparação com uma cremação ou um enterro tradicional. Emissões de dióxido de carbono são um dos principais fatores que contribuem para a crise climática, porque retêm o calor da Terra em um fenômeno conhecido como efeito estufa.

Enterros tradicionais, que envolvem um caixão, também consomem madeira, terra e outros recursos naturais. Defensores da compostagem humana afirmam que ela não só é uma opção mais sustentável, como também mais prática em cidades onde o terreno destinado a cemitérios é limitado.

A aprovação do procedimento por Nova York foi "um grande passo para a morte verde acessível a nível nacional", declarou um provedor do serviço em Washington, o Return Home, ao jornal New York Post.

Mas, para algumas pessoas, há questões éticas sobre o que acontece com o solo resultante da compostagem. Bispos católicos de Nova York se opuseram à legislação, argumentando que corpos humanos não deveriam ser tratados como "lixo doméstico".

Preocupações também foram levantadas em relação ao custo da compostagem. Mas a empresa Recompose —cuja unidade em Seattle é uma das primeiras do mundo— afirma que sua taxa de US$ 7.000 (cerca de R$ 36,5 mil) é comparável à taxa das opções concorrentes.

A média de preço de um funeral com enterro nos EUA foi de US$ 7.848 em 2021; e US$ 6.971 com cremação, de acordo com a Associação Nacional de Diretores de Funerais (NFDA, na sigla em inglês).

A compostagem humana já é legalizada em toda a Suécia. E enterros naturais, nos quais o corpo é enterrado sem caixão ou com um caixão biodegradável, são permitidos no Reino Unido.

Canadá vai pagar indenização bilionária a comunidades indígenas

O governo canadense pagará mais de US$ 2 bilhões a centenas de comunidades indígenas em compensação por quase um século de abusos sofridos por crianças em escolas residenciais, desde o final do século 19 até a década de 1990. Este fundo, protegido por 20 anos, será administrado por 9 indígenas, além de um representante do poder público.

"O Canadá se compromete a reparar os danos coletivos causados pelo sistema de internatos e a perde do idioma, cultura e herança", segundo um comunicado oficial divulgado no sábado.

Durante quase um século, o governo canadense enviou cerca de 150 mil crianças para 139 escolas residenciais, a maioria dirigidas pela Igreja Católica, onde foram isoladas de suas famílias de sua cultura. Muitos sofreram abuso físico e sexual, e acredita-se que milhares morreram de doenças, desnutrição ou negligência.

Agora, uma ação coletiva movida por 325 comunidades indígenas resultou em um acordo de 2,8 bilhões de dólares canadenses (aproximadamente R$ 11 bilhões), que serão destinados a um fundo sem fins lucrativos independente do governo.

Revitalizar a cultura e a língua indígenas

O dinheiro será utilizado para "revitalizar a educação, a cultura e a língua indígenas, para ajudar os sobreviventes em seu processo de recuperação e reconexão com sua herança", segundo o comunicado oficial.

"Levou muito tempo para o Canadá reconhecer sua história, reconhecer o genocídio que cometeu e reconhecer o dano coletivo causado a nossas nações pelas escolas residenciais", disse Garry Feschuk, um líder indígena que esteve envolvido na acusação.

O ministro federal das Relações Indígenas, Marc Miller, afirmou, por sua parte, que "todos os sobreviventes merecem justiça e a compensação que lhes é devida".

Os termos específicos para o pagamento do valor serão decididos pela Justiça federal em 27 de fevereiro.

Em 2015, uma comissão nacional de inquérito classificou o sistema de escolas residencial de "genocídio cultural".

Quer entrar na onda e testar o ChatGPT? Veja quais tarefas do dia a dia ele consegue fazer (talvez melhor do que você)

A esta altura você provavelmente já ouviu falar do tal ChatGPT... Desde o fim do ano passado, o robô conversador vem ganhando holofotes por ser capaz de realizar um sem-número de tarefas em poucos segundos e, às vezes, tão bem ou melhor do que um humano.

O ChatGPT pode ser testado em um site, de graça: mais de 1 milhão de pessoas já fizeram isso. Mas, no futuro, ele deverá ser uma ferramenta que vai fazer parte de aplicativos que a gente já usa no dia a dia.

A Microsoft, parceira que tem investido bilhões no desenvolvimento do robô, já estaria planejando introduzir o ChatGPT no Word, Outlook e PowerPoint.

Quer entrar na onda e testar o ChatGPT? Confira 8 possibilidades para experimentar já:

1) 🔢 **Bom de cálculo:** o ChatGPT sabe lidar com números e ajuda com problemas de matemática. Segundo o próprio robô, ele tem habilidade com matemática básica, como contas de adição, subtração, multiplicação e divisão. "Também posso calcular raízes quadradas, potências e outras operações mais avançadas", disse ele ao g1.

2) 🔠 **Mais que bilíngue:** o ChatGPT pode ser uma alternativa ao Google Tradutor, mas é importante lembrar que, como é apenas um "modelo de linguagem", sua precisão na tradução pode variar. Até por isso, ele aconselha você a procurar uma alternativa de revisão depois. O "chatbot" traduz textos em chinês, francês, alemão, italiano, japonês, coreano, português, russo e espanhol.

3) 🔎 **Rival da busca do Google, maaaaaaas...:** o robô é capaz de tirar dúvidas sobre qualquer tema, de acontecimentos históricos a informações gerais. Mas, cuidado. Diferente do Google, ele não gera links nem fornece a fonte da informação.

Outra limitação: seus "conhecimentos" são baseados em dados colocados na internet até 2021. E a própria capa do site onde é possível testar o robô avisa que ele "pode dar informações erradas ou falsas".

O próprio presidente-executivo da OpenIA, Sam Altman, admite: "É um erro confiar nele para qualquer coisa importante agora. É uma prévia do progresso; temos muito trabalho a fazer em robustez e veracidade".

4) 📜 **Habilidade de escrita que impressiona:** no cotidiano, a inteligência artificial permite o uso para responder e-mails, fazer resumos de textos, sugerir perguntas a partir de um texto fornecido, entre outras possibilidades.

5) 💌 **Sem ideia para montar uma mensagem?** Pede uma mãozinha: ele redige diferentes tipos de textos, como mensagens motivacionais, de aniversário, de boas-vindas e respostas a perguntas. Compartilhando mais informações com o chatbot, é possível gerar mensagens personalizadas para diferentes ocasiões.

6) **A fim de um lanchinho? Ele tem a receita:** o ChatGPT tem várias receitas culinárias, como de bolos, tortas, pratos principais e sobremesas. Além de compartilhar a lista de ingredientes, o robô também fornece o modo de preparo. Nos testes do g1, ele deu o passo a passo para fazer bolo de laranja, pão de queijo e brigadeiro, por exemplo.

7) **Planejador:** a inteligência artificial ainda te ajuda a organizar tarefas rotineiras: começar a treinar, correr aos poucos, programar uma viagem, planejar aula ou iniciar um curso.

8) 🤝 **'Conselheiro':** não sabe o que dar de presente para sua mãe? Como escrever uma mensagem motivacional para o seu amigo ou qual filme assistir no Globoplay no próximo fim de semana? O robô também consegue dar dicas sobre vários temas. Você ainda pode compartilhar informações específicas para obter respostas mais precisas.

Ele também responde a perguntas existenciais e interage com frases emocionais, como "estou triste". Mas, ainda na capa do site, a Open AI diz que "ele não é feito para dar conselhos" e poderá exibir conteúdo enviesado ou mesmo ofensivo.

Morre Gina Lollobrigida, musa do cinema italiano, aos 95 anos

A atriz italiana Gina Lollobrigida morreu aos 95 anos, noticiou nesta segunda-feira, 16, o jornal Corriere della Sera. Musa do cinema europeu, Gina atuou em diversos filmes da Itália e também em Hollywood, especialmente entre os anos 1950 e 60. Entre seus principais trabalhos estão clássicos como O Corcunda de Notre Dame (1956), Salomão e a Rainha de Sabá (1959), Trapézio (1956) e Quando Setembro Vier (1961).

Considerada uma das mulheres mais bonitas do mundo, Gina começou a carreira na adolescência como modelo e ficou em terceiro lugar no concurso de Miss Itália de 1947. Na época, ela já almejava a carreira de atriz.

Começou fazendo pontas e figurações em produções locais até ganhar espaço e chegar ao protagonismo. Em 1953, alcançou projeção mundial com Pão, Amor e Fantasia, comédia indicada ao Oscar, com o renomado cineasta Vittorio De Sica (1901-1974) no elenco, seguido por O Diabo Riu por Último, filme com o galã americano Humphrey Bogart.

Dali em diante, a carreira de Gina, chamada na Itália de "la Lollo", deslanchou. Atuou ao lado de grandes nomes do cinema mundial, como Burt Lancaster, Tony Curtis e Tyrone Power.

Nos anos 1970, após duas décadas de um ritmo frenético de trabalho como atriz, Gina se envolveu com outra arte: o fotojornalismo. Publicou coletâneas de imagens e realizou entrevistas com personalidades mundiais, de Grace Kelly a Fidel Castro. Chegou a tentar carreira política, sem sucesso. Seus últimos trabalhos como atriz datam dos anos 1990, especialmente em séries de TV.

Estratégia

Concursos

GRATIDÃO!

Estratégia

Concursos